



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Direito (licenciatura)
2024/2025

1. Nome da Unidade curricular:

Direito das Obrigações I (1.º semestre, 2.º ano, turma A/Dia)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde (2 horas)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Prof. Doutor David Festas (4)

Prof. Doutora Madalena Perestrelo (3)

(máximo)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Conhecimento de elementos essenciais do regime das obrigações e análise das respectivas fontes

6. Conteúdos programáticos:

INTRODUÇÃO

1. Origem e evolução histórica. Breve nota
2. O Direito das Obrigações no sistema jurídico
3. O objecto do Direito das Obrigações. Plano de curso

CAPÍTULO I

CONCEITO E ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO

4. O conceito legal de obrigação. Figuras afins
5. Os elementos constitutivos da obrigação. Sujeitos, objecto e vínculo jurídico
 5. 1. Os sujeitos da obrigação
 5. 2. A prestação como objecto da obrigação
 5. 2. 1. Requisitos legais da prestação
 - A) Possibilidade física e legal
 - B) Licitude
 - C) Determinabilidade
 - D) Não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes
 5. 2. 2. Modalidades de prestações (remissão)
 5. 3. O vínculo jurídico. A relação obrigacional complexa
 5. 3. 1. Os deveres de prestação principais e secundários
 5. 3. 2. Os deveres acessórios de conduta
 5. 3. 3. Outras posições jurídicas

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES

6. Generalidades



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. O carácter patrimonial
8. A mediação ou colaboração devida
9. A relatividade
10. A autonomia
11. A atipicidade

CAPÍTULO III

AS OBRIGAÇÕES E AS OUTRAS CLASSES DE SITUAÇÕES JURÍDICAS

12. A distinção entre direitos de crédito e direitos reais; obrigações reais e ónus reais
13. Os direitos pessoais de gozo
14. Obrigações, direitos familiares e sucessórios

CAPÍTULO IV

MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

15. Modalidades de obrigações quanto ao vínculo. As obrigações naturais
16. Modalidades de obrigações quanto aos sujeitos
16. 1. A indeterminação do credor na relação obrigacional
16. 2. A relação obrigacional com pluralidade de sujeitos
16. 3. As obrigações parciárias
16. 3. 1. As prestações divisíveis e indivisíveis
16. 3. 2. Regime de cumprimento das obrigações parciárias
16. 3. 3. As prestações *subjectivamente* indivisíveis
16. 4. As obrigações solidárias
16. 4. 1. A extensão da noção de solidariedade
16. 4. 2. O regime das obrigações solidárias
16. 5. Obrigações com pluralidade de sujeitos. Conclusões
17. Modalidades de obrigações quanto ao objecto
17. 1. Prestações de coisa e prestações de facto
17. 2. Prestações fungíveis e infungíveis
17. 3. Prestações instantâneas e duradouras
17. 4. Prestações de resultado e prestações de meios
17. 5. Prestações determinadas e indeterminadas
17. 5. 1. Obrigações genéricas
17. 5. 2. Obrigações alternativas e obrigações com faculdade alternativa
17. 6. Obrigações pecuniárias
17. 6. 1. Obrigações de quantidade
17. 6. 2. Obrigações em moeda específica
17. 6. 3. Obrigações em moeda estrangeira
17. 7. Obrigações de juros

PARTE I

DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

18. Noções gerais sobre fontes das obrigações

CAPÍTULO I

CONTRATOS

19. Noções gerais. Origem e evolução
20. Contratos e autonomia privada

SECÇÃO I

O CONTROLO DO CONTEÚDO DOS CONTRATOS

21. As cláusulas contratuais gerais
22. Boa-fé e conteúdo dos contratos constituídos por cláusulas contratuais gerais
23. As cláusulas contratuais individualizadas. A aplicação do regime das cláusulas contratuais gerais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

24. O sistema dualista de controlo dos conteúdos negociais

SECÇÃO II

MODALIDADES DE CONTRATOS

25. Contratos consensuais e formais

26. Contratos reais *quoad constitutionem* e contratos consensuais

27. Contratos obrigacionais e reais

28. A cláusula de reserva de propriedade nos contratos de alienação

29. Contratos bilaterais e unilaterais

30. Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos

31. Contratos onerosos e gratuitos

32. Contratos comutativos e aleatórios

33. Contratos nominados e inominados

34. Contratos típicos e atípicos

35. Contratos mistos

36. A união de contratos

37. Contratos preliminares e contratação mitigada

SECÇÃO III

O CONTRATO-PROMESSA

38. Noção e vantagens práticas. Modalidades

39. Figuras afins

40. O princípio da equiparação

41. Forma da promessa

42. Transmissão dos direitos e obrigações emergentes da promessa

43. Os meios de tutela do contraente fiel

43. 1. A execução específica

43. 2. O sinal. Noção e funções

43. 2. 1. Sinal, contrato-promessa e antecipação de cumprimento

43. 2. 2. O funcionamento do regime do sinal. Articulação com a indemnização pelo acréscimo de valor da coisa

43. 3. A atribuição do direito de retenção ao promitente que obteve a tradição da coisa

44. A eficácia real do contrato-promessa

SECÇÃO IV

PACTO DE PREFERÊNCIA

45. Noção, relevância prática e caracterização básica

46. O âmbito do pacto de preferência

47. Preferência obrigacional e preferência real

48. O pacto de preferência no quadro geral das preferências; valor relativo

49. Distinção de figuras afins

50. Regime do pacto de preferência

50. 1. Forma

50. 2. A comunicação para preferência

50. 3. As condutas do titular da preferência. Efeitos da declaração de preferência

50. 4. Venda conjunta por preço global e promessa de prestação “acessória”

51. Intransmissibilidade tendencial

52. Incumprimento do pacto de preferência

52. 1. Preferência obrigacional

52. 2. Preferência com eficácia real: acção de preferência

53. Natureza jurídica da obrigação de preferência

SECÇÃO V

CONTRATO A FAVOR DE TERCEIRO

54. Noção e aplicações práticas. Figuras afins

55. Estrutura do contrato a favor de terceiro

56. O regime normal do contrato a favor de terceiro

57. Regimes especiais



- 57. 1. A promessa de liberação de dívida como falso contrato a favor de terceiro
- 57. 2. As promessas em benefício de pessoas indeterminadas ou no interesse público
- 57. 3. A promessa a cumprir depois da morte do promissário

SECÇÃO VI

O CONTRATO PARA PESSOA A NOMEAR

- 58. Noção legal e interesse prático da cláusula para pessoa a nomear
- 59. Regime. Publicidade e direitos de terceiros
- 60. Natureza jurídica

SECÇÃO VII

AS RELAÇÕES CONTRATUAIS DE FACTO

- 61. O pensamento originário. Evolução
- 62. As soluções actuais

CAPÍTULO II

NEGÓCIOS UNILATERAIS

- 63. O princípio da tipicidade
- 64. Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida
- 65. Promessa pública
- 66. Concurso público

CAPÍTULO III

GESTÃO DE NEGÓCIOS

- 67. Origens. Coordenadas fundamentais
- 68. Pressupostos da gestão de negócios
- 69. Deveres do gestor
 - 69. 1. Dever de agir em conformidade com o interesse e a vontade real ou presumível do dono do negócio
 - 69. 2. Dever de avisar o dono do negócio, logo que lhe seja possível, de que assumiu a gestão
 - 69. 3. Dever de prestação de contas
 - 69. 4. Dever de informação
 - 69. 5. Dever de entregar ao titular tudo quanto haja recebido de terceiros no exercício da gestão ou o saldo das respectivas contas com os juros legais
- 70. Responsabilidade do gestor
- 71. Os direitos do gestor
- 72. Aprovação da gestão
- 73. Relações entre o dono do negócio e terceiros
- 74. A gestão de negócios alheios julgados próprios e a gestão de negócios imprópria

CAPÍTULO IV

O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

- 75. Origens. Aplicações práticas do enriquecimento sem causa
- 76. Pressupostos da obrigação de restituir o enriquecimento injustificado
 - 76. 1. Existência de um enriquecimento
 - 76. 2. Obtenção desse enriquecimento à custa de outrem
 - 76. 3. Ausência de causa justificativa para esse enriquecimento
- 77. Carácter subsidiário da obrigação de restituir
- 78. Modalidades de enriquecimento
 - 78. 1. Enriquecimento por prestação. Conceito e modalidades típicas
 - A) A repetição do indevido
 - B) A restituição da prestação por posterior desaparecimento da causa
 - C) Restituição da prestação por não verificação do efeito pretendido
 - 78. 2. O enriquecimento por intervenção. Conceito e situações abrangidas
 - 78. 3. O enriquecimento resultante de despesas efectuadas por outrem
 - A - Enriquecimento por incremento de valor de coisas alheias
 - B - Enriquecimento por pagamento de dívidas alheias



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- C – A necessidade de tutela do enriquecido contra o enriquecimento forçado
78. 4. Enriquecimento por desconsideração de património
79. Objecto da obrigação de restituir o enriquecimento sem causa. Concepção real e concepção patrimonial da medida da restituição
79. 1. Agravamento da obrigação de restituir
79. 2. Obrigação de restituir no caso de alienação gratuita
80. Prescrição do direito à restituição

CAPÍTULO V RESPONSABILIDADE CIVIL

81. Noções introdutórias

SECÇÃO I A RESPONSABILIDADE DELITUAL. PRESSUPOSTOS

SUBSECÇÃO I O FACTO VOLUNTÁRIO

82. Actos; violações directas e indirectas
83. A responsabilidade por omissões. Os deveres legais e negociais de agir

SUBSECÇÃO II A ILICITUDE

84. Conceito e significado. Ilicitude da conduta e do resultado
85. Estrutura da ilicitude. Conduta, resultado e nexos de imputação
85. 1. Comportamento contrário à ordem de conduta
85. 1. 1. A conduta dolosa
85. 1. 2. Erro e exclusão do dolo
85. 1. 3. A conduta negligente
85. 2. O resultado ilícito
85. 2. 1. Ilicitude por violação de direitos subjectivos e outras situações jurídicas activas
- A) Direitos de personalidade
- B) Direitos familiares e sucessórios
- C) Os direitos de propriedade intelectual
- D) Os direitos reais
- E) Os direitos de crédito
85. 2. 2. Ilicitude por violação de normas de protecção
85. 3. Causalidade constitutiva de responsabilidade
85. 3. 1. A teoria da equivalência das condições
85. 3. 2. A teoria da última condição ou da causa próxima
85. 3. 3. A teoria da condição eficiente
85. 3. 4. A teoria da causalidade adequada
85. 3. 5. A teoria do escopo da norma violada
85. 3. 6. A doutrina da criação ou incremento do risco
85. 3. 7. Orientação perfilhada sobre o nexos causal
86. Outras previsões específicas de ilicitude
86. 1. O abuso de direito
86. 2. A ofensa ao crédito ou ao bom nome
86. 3. A responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações
87. As causas de exclusão da ilicitude
87. 1. Exercício de um direito e cumprimento de um dever
87. 2. Legítima defesa
87. 3. Acção directa
87. 4. Estado de necessidade
87. 5. Consentimento do lesado



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SUBSECÇÃO III A CULPA

- 88. Conceito e elementos
- 89. A imputabilidade como pressuposto da culpa e o regime de responsabilidade dos inimputáveis
- 90. Critérios de apreciação da culpa
- 91. Causas de exclusão da culpa
 - 91. 1. Erro desculpável
 - 91. 2. Medo invencível
 - 91. 3. Desculpabilidade ou inexigibilidade
- 92. Prova da culpa. Presunções
 - 92. 1. Danos causados por incapazes naturais
 - 92. 2. Danos causados por edifícios ou outras obras
 - 92. 3. Danos causados por coisas ou animais
 - 92. 4. Danos resultantes de actividades perigosas

SUBSECÇÃO IV O DANO

- 93. O dano. Noção
- 94. Dano em sentido real e em sentido patrimonial
- 95. Danos patrimoniais e não patrimoniais. Os danos patrimoniais primários
- 96. Danos emergentes e lucros cessantes
- 97. Danos presentes e danos futuros
- 98. O dano da privação de uso
- 99. A perda de oportunidade como dano
- 100. Danos não patrimoniais
- 101. A indemnização dos danos causados pela morte
- 102. Titularidade do direito à indemnização
- 103. Prescrição do direito à indemnização
- 104. Pluralidade de responsáveis**

SUBSECÇÃO V O NEXO CAUSAL ENTRE O FACTO ILÍCITO E O DANO

- 104. Causalidade delimitadora da responsabilidade
- 105. O concurso da culpa do lesado
- 106. A irrelevância dos processos causais virtuais

SECÇÃO II A RESPONSABILIDADE OBJECTIVA

- 107. Os fundamentos da responsabilidade pelo risco
- 108. A responsabilidade do comitente
- 109. A responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas
- 110. Danos causados por animais
- 111. Danos causados por veículos de circulação terrestre
 - 111. 1. Pressupostos da responsabilidade
 - 111. 2. O regime de responsabilidade da condução por conta de outrem
 - 111. 3. Beneficiários da responsabilidade
 - 111. 4. Casos de exclusão da responsabilidade
 - 111. 5. A colisão de veículos
 - 111. 6. Pluralidade de responsáveis pelos danos. O sistema binário de imputação
 - 111. 7. Limites da responsabilidade pelo risco
- 112. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia e gás. Limites máximos
- 113. Aplicação subsidiária das regras da responsabilidade delitual
- 114. A responsabilidade do produtor
- 115. Responsabilidade pelo sacrifício

SECÇÃO III



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O DEVER DE INDEMNIZAR

116. Razões de uma remissão

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Pretende-se transmitir aos alunos a lógica estrutural das obrigações, com indicação da sua origem.

8. Metodologias de ensino:

Aulas teóricas e práticas, seguindo o regime geral, a que se aplica o regulamento de avaliação para disciplinas obrigatórias.

9. Avaliação:

Segue o regime comum aplicável a disciplinas obrigatórias.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

(máximo 3000 caracteres)

11. Bibliografia principal:

RUI PAULO COUTINHO DE MASCARENHAS ATAÍDE, *Direito das Obrigações*, Volume I – *Introdução. Conceito e características. Modalidades. Fontes das obrigações*, Coimbra, Gestlegal, 2022.

LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Volume I – *Introdução. Da constituição das obrigações*, 16.^a edição, Coimbra, Almedina, 2022.

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, VIII - *Direito das Obrigações – Gestão de negócios. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil*, 2.^a edição, Coimbra, Almedina, 2023.

Tratado de Direito Civil, VI – *Direito das Obrigações, Introdução/Sistemas e Direito Europeu/Dogmática Geral*, 3.^a edição (com a colaboração de A. Barreto Menezes Cordeiro), Coimbra, Almedina, 2019.

JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, Volume I, 10.^a edição, Coimbra, Almedina, 2017.

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, 12.^a edição, Coimbra, Almedina, 2010.

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course _____



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Curricular Unit Name:

(maximum 1000 characters)

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual

Work hours: _____

Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

(maximum 100 characters)

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

(maximum 1000 characters)

5. Learning outcomes of the curricular unit:

(maximum 1000 characters)

6. Syllabus:

(maximum 1000 characters)

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

(maximum 1000 characters)

8. Teaching methodologies (including evaluation):

(maximum 1000 characters)

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

(maximum 3000 characters)

10: Evaluation:

(maximum 1000 characters)

11: Main Bibliography:

(maximum 1000 characters)

12: Remarks:

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.